

Sociedade da Informação, coesão e competitividade

Carlos Zorrinho, Professor Catedrático da Universidade de Évora e Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, czorrinho@cnel.gov.pt

Resumo

O desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal é um imperativo de cidadania, mas é também cada vez mais uma condição para a modernização do tecido económico e social do País. Num tempo em que Portugal se esforça para subir na cadeia de valor da economia global apostando no conhecimento, na tecnologia e na inovação, as estratégias de desenvolvimento da Sociedade da Informação têm que garantir em simultâneo a inclusão, o combate às assimetrias sociais e territoriais e a criação de melhores condições competitivas para as empresas. Neste texto, a partir duma caracterização genérica dos desafios colocados pela emergência da sociedade da informação, das prioridades estratégicas para Portugal e dos eixos de acção que estão a ser implementados para lhe dar resposta, evidencia-se a relação virtuosa entre a promoção da coesão e da competitividade e o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal no contexto da Agenda de Lisboa.

Palavras-chave: Complexidade; Coesão; Competitividade; Conhecimento; Inovação

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade da informação e da economia do conhecimento promoveu uma globalização económica, social e cultural que constitui hoje o quadro de referência para a definição das políticas públicas e das dinâmicas da sociedade civil e para a aplicação de estratégias territoriais ou sectoriais de desenvolvimento sustentável.

Para se afirmarem na sociedade global, os indivíduos, as famílias e os territórios têm que ser antes de mais economicamente competitivos. Para os Países da União Europeia e para Portugal em particular, a definição do modelo competitivo está sujeito às restrições impostas pelos valores e pelos princípios caracterizadores do projecto europeu, ou seja, pela sustentabilidade social e ambiental decorrentes duma visão humanista e altruísta.

Ser competitivo economicamente ao mesmo tempo que se aplica uma visão instrumental da economia como suporte da realização e do bem estar dos indivíduos, por contraponto a modelos em que as pessoas são instrumentais do processo económico, constitui o desafio central para a União Europeia e para os Países que se inspirarem no seu modelo de equidade, para o qual a Agenda de Lisboa procura esboçar uma resposta convincente.

Apostando no conhecimento como motor de desenvolvimento sustentável, a Agenda de Lisboa pretende transformar a dicotomia competitividade / coesão, tradicional dos modelos económicos da era industrial, numa sinergia positiva própria das economias evoluídas, em que a criação de valor se baseia fundamentalmente no capital intelectual e no desenvolvimento de redes.

É esse desafio que Portugal procura vencer aplicando uma estratégia de modernização baseada numa liderança clara, numa narrativa mobilizadora e numa aposta determinada no conhecimento, na tecnologia e na inovação.

Este texto divide-se em dois pontos. No primeiro caracterizamos o contexto matricial da sociedade complexa em que vivemos, para realçar os instrumentos de

transformação social e económica que determinam o sucesso dos processos de desenvolvimento sustentável. No segundo abordamos de forma sintética a prática portuguesa de implementação da Agenda de Lisboa como exemplo duma estratégia forte de modernização e desenvolvimento que visa conjugar competitividade e coesão no contexto da Sociedade da Informação.

Na conclusão, evidencia-se a relação virtuosa entre a promoção da sociedade da informação e o reforço da competitividade e coesão em Portugal.

1.1 Sociedade da Informação, complexidade e significado

O Conhecimento sempre foi um pilar da sociedade. Na economia do Conhecimento em que hoje vivemos ele é cada vez mais o pilar essencial, de cujo acesso e gestão dependem a riqueza das nações, das comunidades e das famílias.

Uma Sociedade que se baseia no Conhecimento é uma sociedade determinada por aqueles que acedem à base operativa do saber, ou seja, à informação. É a partir da troca de informação que se definem as redes globais e supra-territoriais de exercício do poder, seja ele o poder político, o poder económico ou o poder de lutar por causas específicas.

A cadeia de criação de riqueza e de afirmação de identidade é hoje uma cadeia bem definida e cada vez mais dependente do intangível. Dados transformam-se em informação. Informação transforma-se em Conhecimento. Conhecimento transforma-se em sabedoria ou em competência. A sabedoria e a competência são os motores de transformação do real.

Esta cadeia desenhada em espiral evolutiva e construída sobre a fluidez informacional, é uma fonte de incerteza, reflectindo a abundância torrencial da informação como seu elemento matricial. A Sociedade da Informação e do Conhecimento é assim por natureza uma sociedade fundada na incerteza, não determinística e complexa.

Incerteza e Informação desenvolvem uma relação circular que por si só é bloqueadora da capacidade de acção e decisão individual e colectiva. De facto se a Incerteza é induzida pelos fluxos de Informação e a Informação reduz a incerteza, então a Informação é simultaneamente causa e consequência, problema e solução, ou seja, fonte de dependência e bloqueio dinâmico.

Um bloqueio que tem como antídoto chave o Significado. É o Significado que transforma dados em Informação, Informação em Conhecimento, Conhecimento em capacidade ou saber e capacidade ou saber em acção sobre o real, alimentando a espiral do progresso.

Ora esta importância chave do Significado como plataforma de sobrevivência, de existência e de afirmação em contexto complexo, coloca os indivíduos e as suas organizações no centro das dinâmicas económicas e sociais, libertando-os da instrumentalização a que foram sujeitos por dogmáticas mais fundadas nos processos do que nos valores e nos objectivos.

A revolução da complexidade e do significado é por isso a revolução silenciosa, que a disseminação de redes e tecnologias foi tecendo nas últimas décadas, alterando os referenciais de acção transformadora sobre as dinâmicas sociais. Na sociedade em que vivemos, nenhum Homem é verdadeiramente livre, se pelo significado, não for capaz de se libertar da manipulação, desenvolvendo a capacidade de descodificar e seleccionar a informação relevante a que acede. Da mesma forma, nenhum Homem é verdadeiramente igual se não tiver iguais condições de acesso a essa informação relevante, nem verdadeiramente integrado se for excluído das redes virtuais em que hoje se consolida a solidariedade, a cooperação e a convergência por objectivos comuns.

As consequências que esta relação intrínseca entre complexidade e Significado têm para a vida em sociedade são intensas e estruturais. Lidos a esta nova luz, os desafios económicos, políticos e sociais revelam-se com uma nova consistência e matriz de prioridades.

Revisitaremos seguidamente de forma breve estes desafios, seleccionando para cada um deles, um vector exemplificativo do impacto provocado pelo novo contexto induzido pela emergência da sociedade da Informação e do Conhecimento.

Começemos pela dimensão social e pela questão central da igualdade de oportunidades, cuja definição em concreto, tem ajudado a delimitar fronteiras e programas de acção e transformação da sociedade ao longo dos tempos.

Num contexto em que o significado é o motor da afirmação individual é óbvio que a chave da igualdade de oportunidades é a formação e a qualificação entendidas como um processo continuado e disseminado ao longo da vida.

Na sociedade emergente, o diferencial de qualificação é a chave da desigualdade. É por isso que o investimento na educação e na qualificação deve ser estruturante das políticas públicas que visam a justiça social, esbatendo assim a raiz de diferenciação e segmentação provocada pelas diferentes disponibilidades económicas e motivações das famílias.

Esta constatação tem contudo como consequência uma mudança radical na definição de prioridades das políticas públicas, ao mesmo tempo que inverte o quadro de direitos e deveres em que se funda a actual matriz social. O princípio de que cada indivíduo nasce com o dever de se formar e o direito de aceder a um emprego, só é sustentável e adequado no contexto da sociedade industrial, fundada nos processos e nas competências estáticas. Aplicado à realidade da Economia do Conhecimento é fonte de reprodução social das desigualdades e de frustração e crispação resultante da insuficiência de criação de oportunidades de emprego pela via institucional ou da acção política.

Neste contexto uma nova perspectiva tem que ser considerada. O indivíduo hoje, num contexto de nova cidadania deve ter direito à formação ao longo da vida e em contrapartida o dever de gerar valor compensatório para a sociedade, criando ou encontrando o seu posto de trabalho ou de realização pessoal, em cada momento do seu ciclo de vida. Esta é aliás a forma de tornar cada indivíduo proprietário do seu próprio saber e das suas competências, reforçando a conjunção entre liberdade e responsabilidade como suporte de progresso, justiça e modernidade.

De alguma maneira a dialéctica entre os detentores dos meios de produção e os produtores, nunca resolvida de forma satisfatória na economia industrial, retoma-se agora em relação à capacidade de utilizar o Significado para construir o saber e a matriz de competências.

Quem deve ser o proprietário do Significado e quem determina o seu conteúdo? Será obviamente quem financia o processo aquisitivo e por isso é cada vez mais relevante que esse financiamento seja um financiamento social e um direito básico dos indivíduos, para permitir a sua auto determinação e um novo patamar de Igualdade de oportunidades para todos.

A sustentabilidade social exige contudo contrapartidas. Essa contrapartida tem que ser a exigência social pela cooperação activa e pela geração de riqueza. Por isso cada indivíduo tem que ser cada vez mais responsabilizado pelo seu contributo para a harmonia da sociedade em que se insere. Pela criação de riqueza e pela postura cívica, incluindo a participação política activa.

De facto, se a sociedade do Conhecimento é uma sociedade de símbolos e de Significados, também a política actual é essencialmente uma política baseada em percepções, atitudes e comportamentos dos seus agentes activos. Por isso, quem prescinde de ser signifiante, anula-se enquanto sujeito do processo de escolha e de decisão colectiva, reduz a diversidade de perspectivas e limita a criatividade e o compromisso pela construção duma sociedade melhor.

O indivíduo é o novo centro político na Sociedade do Conhecimento. Mais importante do que a mensagem ou do que as propostas, são as percepções interpretativas de cada um que determinam as escolhas em contexto democrático. Neste contexto é fundamental o papel da qualificação como antídoto da manipulação e o envolvimento como contraponto ao individualismo egoísta.

Do ponto de vista político a sociedade emergente é cada vez mais uma sociedade capturada pelos interesses e pelos arquitectos da informação. O poder, ao contrário do que muitos pensam ingenuamente, não é de quem acede à informação, mas de quem a desenha. Por isso uma sociedade democrática forte tem que assentar em cidadãos com visão global e capacidade de desenho interpretação e criação de informação.

Cidadãos manipulados pela ignorância ou pelo egoísmo corporativo são cidadãos diminuídos no seu contributo para o bem comum. Daqui decorre uma evidência surpreendente e contra a corrente do pensamento dominante. As ideologias, embora em formato adaptativo e não dogmático, são mais importantes que nunca. São as narrativas que, associadas à qualificação e ao acesso à informação, libertam os indivíduos e as sociedades da tutela dos grandes conglomerados de interesses, sejam eles interesses potencialmente louváveis ou eticamente reprováveis.

Em consequência, também a modernização das instituições políticas tem que ser uma prioridade libertadora, evitando a sua captura por minorias auto reprodutivas e pouco capazes de mobilizar e atrair as franjas mais dinâmicas da sociedade, e reforçando-as como repositórios de meta significados dinâmicos aplicáveis à complexidade global.

Se a textura social e política evoluiu em torno da mutação entre o tangível e o intangível e entre o ser e o significar, a economia não deixou de o fazer, assumindo-se

mesmo demasiadas vezes como motor da mudança, subjugando as dinâmicas evolutivas aos padrões do interesse económico.

A economia do Significado em contexto complexo é antes de mais a economia dos símbolos e das emoções, o paraíso das técnicas comerciais, do marketing e da comunicação da felicidade pelo consumo. O que conta não é o que se adquire, mas aquilo que isso significa ou com que supostamente permite identificar o comprador, esvaziando a consciência de si, em troca duma identidade variável e dependente dos recursos disponíveis ou do crédito obtido.

Neste contexto ganham particular importância as chaves de leitura e os preconceitos tipológicos, que pré seleccionam entre o bom e o mau produto, processo ou sistema, em função das crenças instaladas por imitação social ou reflexão individual, construindo métricas de valor com reduzida correlação com o esforço directamente incorporado.

A predominância das matrizes de leitura tem consequências económicas profundas. É desde logo uma fonte de assimetrias de desenvolvimento económico à escala global, segmentando o globo em sistemas de valor baseados no posicionamento e fazendo com um mesmo produto quando percebido como proveniente dum sistema de valor elevado assuma um valor muito superior a um produto proveniente dum sistema de valor pior posicionado. Daqui decorre mesmo a prática corrente de separação entre o referencial geográfico associado à marca e o local de produção.

Uma segunda consequência, num plano mais individual, tem a ver com a promoção duma matriz de valores dicotómica. Diria mesmo, tendo em conta a base informacional da sociedade, uma matriz cada vez mais digital, baseada numa avaliação simplista de tudo e de todos em duas categorias radicais, o bom e o mau, o correcto e o incorrecto, o desejável e o indesejável. Também aqui, só uma qualificação generalizada para a cidadania permite revelar a paleta de opções que dá à vida um sentido novo de desafio permanente.

Uma sociedade complexa e construída em torno do significado é obviamente uma sociedade onde a dimensão cultural tem um papel determinante. A intolerância e a crispação são sintomas de choques de Significado. Tal como são sintomas de choque de Significado, os choques de paradigmas, objectivos e visões do mundo que conduzem à violência nas suas diversas escalas. Obviamente que a resposta adequada a esta constatação, não pode ser uma normalização castradora de significados. A globalização de alguns valores é uma tendência imparável do nosso tempo, mas a mestiçagem das ideias, cruzando influências globais, nacionais, regionais e locais é um processo fundamental para a preservação da diversidade e da identidade dos povos enquanto património da humanidade.

A visão que partilhámos ao longo deste pondo de análise e reflexão traduz de forma aberta a nossa perspectiva e o nosso sentimento sobre o real envolvente, usando o decodificador dos valores e dos saberes adquiridos ao longo duma experiência de vida rica e multifacetada, entre a comunidade, a academia e o serviço público.

Este é um tempo em que o Homem tem de novo o seu destino nas mãos com a vantagens de poder consolidar e disseminar a mensagem e o caminho de forma mais rápida do que nunca, usando as novas auto-estradas da informação, mas também os

novos motores de descodificação que permitem sincronizar perspectivas, vontades e acções.

A chave é cada vez mais a formação e a qualificação. A formação para a cidadania e para a prevalência dos valores e a qualificação para a criação de valor compatível com as novas regras da economia global. Uma formação e uma qualificação que tem que ser complementada com referências fortes. Ao contrário do que muitos querem fazer querer, há hoje mais do que nunca espaço para a política e para a liderança política. Uma liderança cada vez mais marcada pela narrativa, pelos valores e pela atitude e cada vez menos por cartilhas descritivas ou programas dogmáticos.

Uma liderança determinada pelos princípios da estratégia. Da mobilização para o combate, da escolha dos objectivos e dos instrumentos, do estudo aprofundado dos problemas e da determinação na aplicação das soluções. Uma liderança que procuraremos exemplificar no ponto seguinte, em que abordaremos a estratégia de disseminação da Sociedade da Informação em Portugal como instrumento de promoção simultânea da competitividade e da coesão.

1.2 Sociedade da Informação, coesão e competitividade – O exemplo português

A Estratégia de Lisboa, concebida no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia e aprovada na Cimeira da Primavera que ocorreu em 2000 na nossa Capital, tem por ambição desenvolver e concretizar um conjunto de políticas que apostando no conhecimento como plataforma dum novo patamar económico e social, permitam aumentar em simultâneo a competitividade, a coesão e a sustentabilidade ambiental do espaço europeu, num contexto de globalização acrescida.

Os pressupostos para a elaboração e aprovação da Estratégia de Lisboa são absolutamente pertinentes. Se a União Europeia pretende preservar a dimensão ética e humanista que integra a sua matriz fundadora, no actual quadro de competição económica global, não pode basear o seu modelo competitivo de forma determinante nos indicadores de custo dos factores produtivos. Pelo contrário, tem que se focalizar num modelo de criação de valor, com forte incorporação de conhecimento, que permita competir nos mercados globais sem por em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental que fazem parte integrante do seu projecto político comum. Em síntese, tem que conjugar competitividade e coesão num processo alargado de desenvolvimento sustentável.

Para Portugal, a aplicação da estratégia tem uma relevância acrescida tendo em conta a necessidade de mudança rápida da especialização competitiva, sujeita às pressões da globalização e do alargamento da União Europeia.

A ameaça que a globalização e o alargamento colocam a Portugal e à sua economia, são simultaneamente uma extraordinária oportunidade de modernização. A sociedade da informação e a economia do conhecimento, desenvolvendo-se numa base global, exigem para quem pretende afirmar-se competitivamente, um conjunto de competências e recursos tecnológicos de acesso à rede de excelência que nem todos os países detêm. Para Portugal, a consciência das debilidades e a prioridade dada à sua resolução, no quadro da aplicação da Agenda de Lisboa, constitui o embrião dum processo decisivo de viragem.

Depois da saga dos descobrimentos nunca mais Portugal esteve na primeira linha duma revolução tecnológica ou política. Os custos económicos e sociais desse facto foram enormes e o País foi sobrevivendo século após século consolidando debilidades estruturais na maioria dos factores determinantes para o seu desenvolvimento.

As razões endémicas que conduziram a esta realidade são conhecidas. Sempre que os sinos da mudança tocavam a rebate, logo a ala dos “velhos do Restelo” se apressava a clamar que o País não estava preparado por uma ou por outra razão, ignorando o facto do nosso Povo ter tanto de adaptativo quanto de aversão ao planeamento e à organização rigorosa.

A verdade é que esses tempos de preparação significaram sempre atrasos significativos nas etapas de modernização do País e Portugal chegou tarde a todas as revoluções políticas e económicas, em particular à revolução industrial e à maturidade democrática.

A liderança assumida por Portugal na definição da Estratégia de Lisboa durante a presidência portuguesa em 2000 e nos ajustamentos posteriores e agora na concretização do Plano Tecnológico, significam uma inversão total atitude e de posicionamento que importa sublinhar.

Portugal está hoje alinhado com a modernidade política e tecnológica à escala global. A revolução informacional está a acontecer em Portugal, em linha com o que está a acontecer nos Países mais desenvolvidos do mundo actual e em muitas áreas de acção o nosso País é mesmo pioneiro e referência internacional. Como exemplo ilustrativo, em 2005 Portugal foi o quinto País da União Europeia alargada que mais progrediu na disponibilização de serviços “On-line” de elevada qualidade para os cidadãos e para as empresas.

É evidente que esta mudança de atitude não anula por magia as debilidades de partida. Continuamos a ter deficiências fortes na qualificação dos nossos recursos humanos, assimetrias claras de desenvolvimento e constrangimentos burocráticos e de organização para a competitividade global do País. A diferença é que desta vez essas dificuldades não estão a ser usadas como desculpa para a estagnação, mas antes como impulso e motivação para a mudança. Não nos resignámos a esperar por um futuro melhor caído do céu e fruto do acaso, mas antes, assumimos o desafio de caminhar na frente, sem descurar os direitos de pessoas, empresas ou instituições que por falta de conhecimento, competência ou vontade, não podem acompanhar imediatamente o desafio.

A economia actual é uma economia baseada no conhecimento e suportada em redes físicas e virtuais de troca, cada vez mais sofisticadas. Por isso o governo definiu como uma das prioridades para as políticas públicas, a aposta na qualificação dos portugueses e na colocação do País na fronteira tecnológica, em termos de infra estruturas e de disponibilização dos serviços públicos. A resposta da sociedade civil tem sido estimulante, alinhando as suas práticas e opções de forma a tirar partido do novo contexto, abrindo assim um novo ciclo de oportunidades para Portugal.

Sendo uma agenda de mudança estrutural, tendo por suporte uma aposta continuada e consistente no conhecimento, na tecnologia e na inovação, o Plano Tecnológico conjuga ambição estratégica, persistência táctica e urgência de execução. De facto, a consciência de que a mudança da base competitiva do País no quadro dum processo

sustentável de desenvolvimento é um processo lento e de ciclo longo, não reduz, mas antes amplia, a necessidade de foco e de acção mobilizadora permanente. É também um programa que se baseia na disseminação transversal da Sociedade da informação como contexto de desenvolvimento.

O “Scorecard” da Comissão Europeia posiciona Portugal como um País em recuperação no que diz respeito aos índices de competitividade baseados no conhecimento, na tecnologia e na inovação. Segundo esse documento de análise Portugal deverá atingir a média europeia nesses indicadores no prazo de vinte anos. Com o Plano Tecnológico pretende-se duplicar a velocidade de recuperação e atingir a média europeia numa década.

Este objectivo não é fácil, sobretudo tendo em conta alguns “deficits” estruturais de partida, com especial relevância para os indicadores de qualificação dos portugueses. Por isso são necessárias escolhas fortes e determinadas. Assim, para além dos impactos de execução, o Plano Tecnológico pretende agir sobre a base competitiva estrutural do País, tendo em conta cinco linhas de acção fundamentais.

Em primeiro lugar, o fomento das parcerias e das redes entre universidades, centros de investigação e empresas, associando-as aos melhores centros de competências à escala global, permitirá reposicionar o sistema científico e tecnológico do País num novo patamar de rigor e exigência;

Em segundo lugar, um novo desenho do modelo de desenvolvimento de base territorial e sectorial, associado a uma adequada utilização dos instrumentos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), permitirá apoiar o fortalecimento de pólos de competitividade e tecnologia capazes de gerar mais riqueza, criar emprego mais qualificado, potenciar as exportações com elevado valor acrescentado e substituir importações de bens essenciais ao desenvolvimento do País.

Em terceiro lugar, uma nova arquitectura de processos aplicada à Administração Pública, virada para a satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, reduzirá a burocracia, simplificará procedimentos, aumentará a confiança e a transparência nos mercados e permitirá prestar mais e melhor serviço com um consumo mais racional de recursos, dando um contributo decisivo para o equilíbrio das contas públicas.

Em quarto lugar, um novo sistema de financiamento à inovação permitirá mobilizar os recursos disponíveis no mercado e aproximar os financiadores dos empreendedores, como também colmatar falhas de mercado, de forma a garantir um adequado suporte financeiro às iniciativas empresariais sustentadas, desde a concepção da ideia, à consolidação do negócio e à sua expansão.

Em quinto lugar, uma política activa de qualificação dos portugueses, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Através da iniciativa novas oportunidades, um milhão de activos serão requalificados e será privilegiada a certificação e a actualização de competências e a formação de base tecnológica, criando condições para um esforço conjugado com as empresas de aumento da produtividade e de mobilidade positiva na cadeia de valor da nossa base económica.

A agenda de prioridades definida e assumida por toda a sociedade portuguesa, em torno do Plano Tecnológico e do processo de modernização do País, implica uma segunda aliança. A aliança contra a infoexclusão, a favor da literacia informacional e tecnológica e da intermediação no acesso às novas oportunidades e serviços sempre que necessário. Em vez da aliança pela manutenção do “status quo” tantas vezes

prevalecente, exige-se agora uma aliança activa contra as desigualdades de qualificação e de acesso. Uma aliança activa, feita em contexto de progresso e em complemento do processo de modernização e afirmação competitiva do País.

O Plano Tecnológico insere-se, como já foi referido anteriormente, no quadro mais vasto da aplicação da Agenda de Lisboa relançada, que implicou a definição de 24 directrizes comuns para todos os países da União Europeia e a elaboração por cada Estado Membro dum Programa Nacional de Reformas.

O Programa Nacional de Reformas de Portugal intitula-se “Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo; Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE 2005/2008).

A designação escolhida consagra algumas opções de partida que importa salientar. Ao não acolher a designação base (Programa Nacional de Reformas) pretendeu-se sublinhar a ideia de que não se pretendia elaborar um programa baseado em pacotes legislativos (as designadas “reformas”, tantas vezes anunciadas e prometidas e nunca concretizadas) mas antes uma agenda de acção transformadora e reformista.

Por outro lado, ao colocar a expressão Estratégia de Lisboa como marca do programa, pretendeu-se reforçar a ligação emocional e racional de Portugal a essa estratégia e a vontade explícita de cooperar para a concretização bem sucedida, no quadro dum processo dinâmico de adaptação aos novos desafios enfrentados. Ao escolher como complemento da marca, a ideia “Portugal de Novo” sublinhou-se a oportunidade de recomeço e novo impulso de modernização, que a aplicação da Estratégia de Lisboa constitui para Portugal.

Da dinâmica de consolidação estratégica induzida pela elaboração do PNACE beneficiou desde logo a elaboração da resposta integrada para a competitividade e o crescimento, traduzida no Plano Tecnológico e a resposta para os novos desafios da qualificação e do emprego traduzida na nova versão do Plano Nacional de Emprego. Beneficiou também a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Dela beneficiará também necessariamente a dinâmica de formulação dos programas temáticos e dos programas regionais a implementar no âmbito do próximo ciclo de fundos estruturais, dando resposta global ao desafio de conciliação dinâmica e da promoção articulada da competitividade e da coesão.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento tecnológico, que induziu um novo patamar de globalização desenvolvido sobre uma sociedade em rede, deu origem a múltiplas dinâmicas competitivas. O modelo competitivo que melhor salvaguarda a dimensão ética e humanista que exige que a economia seja instrumental em relação às dinâmicas sociais e não o contrário, é o modelo baseado na disseminação da sociedade da informação e na promoção da economia do conhecimento.

A aplicação desse modelo não decorre no entanto automaticamente da vontade política ou das escolhas dos agentes económicos e sociais. A sua viabilização exige fortes níveis de qualificação e competência e suportes tecnológicos modernos, enquadrados por uma narrativa mobilizadora e por uma liderança persistente e afirmativa.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal é um processo que se iniciou há décadas e para o qual têm contribuído de forma positiva as políticas públicas e as dinâmicas da sociedade civil. O que há de novo agora é a opção de fazer dela um motor de desenvolvimento prioritário, catalizador das políticas públicas e definidor dum novo posicionamento competitivo de Portugal no mundo, salvaguardando a coesão e a equidade.

Trata-se duma escolha corajosa e lúcida que vale a pena ser seguida atentamente, com curiosidade académica, envolvimento participativo e exigência cívica.